

## Resumo de Notícias

02/03/2016 - CUT

# CUT-ES convoca ato para o Dia Internacional da Mulher

O objetivo é levar reflexão, consciência e cidadania à sociedade capixaba por meio da nossa manifestação, em defesa dos direitos a vida das mulheres.



Dia 08 de março é o Dia Internacional da Mulher e as mulheres CUTistas capixabas estarão em ato público, contra a violência e em defesa da educação pública. O convite se estende aos movimentos sindicais e sociais, para estarmos unidos nessa manifestação.

A concentração será na Praça Getúlio Vargas, às 10h, onde nos encontraremos com manifestantes do MST e Sindiupes para caminhada até o Palácio Anchieta, onde será entregue pauta de

reivindicações ao governo do Estado.

O ato continua no dia 09, às 15h na Assembleia Legislativa, onde será realizada Audiência Pública com o tema: "Políticas Públicas para Mulheres: um compromisso para todos os dias".

O objetivo é levar reflexão, consciência e cidadania à sociedade capixaba por meio da nossa manifestação, em defesa dos direitos a vida das mulheres.

## Resumo de Notícias

Confira abaixo nossa programação completa:



**Mulheres que lutam e sonham  
Mulheres que mudam o mundo!**

**Dia Internacional da Mulher**

*Convite*

A CUT Espírito Santo convida o movimento sindical e movimentos sociais organizados para as atividades do Dia Internacional da Mulher, com ato público de denúncia contra a violência e em defesa da educação pública de qualidade. Confira a programação e participe:

**08 de Março**  
10h - Concentração na Praça Getúlio Vargas, Centro  
10h30 - Encontro com manifestantes do MST e do Sindiupes  
11h - Caminhada até o Palácio Anchieta  
13h - Entrega de pauta de reivindicações ao governo do Estado

**09 de Março**  
15h - Audiência Pública: «Políticas Públicas para Mulheres: um compromisso para todos os dias», na Assembleia Legislativa

**CUTES Sec. Est. Mulher**



## Resumo de Notícias

03/03/2016 - Instituto Telecom

# Em conjunto, 48 entidades apontam riscos na regulamentação do Marco Civil

Um conjunto de 48 entidades da sociedade civil propôs mudanças na minuta do decreto que regula o Marco Civil da Internet, que passou por consulta pública no Ministério da Justiça. De acordo com a contribuição postada, o texto apresenta riscos ao princípio da neutralidade de rede na medida em que possibilita a discriminação e degradação de tráfego de maneira bastante genérica.

As entidades reclamam da carência de definições e a inclusão de termos confusos e abertos no texto do decreto no artigo que trata dos requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços, que podem obscurecer a interpretação da lei. O movimento – que se intitula Articulação Marco Civil Já – afirma que não se pode admitir como requisito técnico, por exemplo, o conceito vago de ‘adequada fruição das aplicações’.

Também criticam o que consideram um conceito novo e desconhecido incluído no texto, de ‘classes de aplicações’, “que não está presente no rol de definições do Marco Civil nem consta nas regulações de outros países e na literatura sobre redes de internet”. Para as entidades, a melhor solução seria a exclusão do termo, deixando claro que a discriminação ou degradação só deve ocorrer em momentos pontuais ou em situações excepcionais, sempre respeitando os protocolos fundamentais da internet de acordo com padrões técnicos internacionais estabelecidos pelos RFCs (Request for Comments da IETF).

Outro ponto que mereceu destaque do movimento foi o que estabelece a “priorização discriminatória de dados”, que também pode abrir uma brecha para acordos comerciais que deem preferência às grandes aplicações online no tráfego de dados, já que poderão cumprir condições em parceria com as teles que startups ou aplicações menores não conseguirão oferecer, avalia o documento. “O ideal seria suprimir o termo ‘discriminatório’, ou definir melhor o conceito”, defendem as entidades.

No capítulo sobre privacidade dos dados, as entidades dizem que é fundamental que o decreto de

regulamentação da lei restrinja a quantidade de informações a serem armazenadas e o período máximo de guarda, bem como as condições em que esses dados podem ser acessados. “A transparência, segurança e prestação de contas destes acessos também são muito importantes para reduzir os danos da retenção de dados para os direitos fundamentais que a Constituição, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Nações Unidas e o próprio Marco Civil da Internet defendem”, argumentam.

Com esse entendimento, o movimento pede a reafirmação dos obrigados a guardar registros de conexão. “Ao determinar a guarda obrigatória de registros de conexão (data e hora de início e término de uma conexão à Internet, sua duração e o endereço IP), o Marco Civil estabelece que apenas ‘administradores de sistemas autônomos’, conforme definidos no artigo 5º da lei, devem cumprir essa obrigação”, sustenta. E defende que esse ponto deve ser reforçado na regulamentação, de modo a evitar o entendimento impreciso, arbitrário e inverso ao espírito da lei.

A contribuição traz também a recomendação de que a regulamentação deve explicitar que os registros de acessos a aplicações se restringem a data e hora que um determinado endereço IP usou uma determinada aplicação de internet, conforme definido na lei. Pede ainda regras claras sobre transparência quanto a procedimentos de coleta, guarda, armazenamento e tratamento dos dados, bem como sobre procedimentos de segurança.

As entidades ressaltaram a importância de que o decreto limite o prazo para as medidas cautelares de extensão do prazo para a guarda de registros. E que determine sua exclusão terminado o prazo estabelecido em cada caso.

Já no capítulo sobre fiscalização, as entidades questionaram sobre a competência atribuída à Anatel para fiscalizar a proteção adequada a esses registros. Segundo elas, a agência não tem atribuição para atuar em todos os elos dessa cadeia.



## Resumo de Notícias

Assinam a contribuição Actantes; Aliança Internacional de Jornalistas – Polo Brasil; ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; Associação SoftwareLivre.org; RPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil; Artigo 19; Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé; Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada; Clube de Engenharia; Coding Rights; COLAB – Colaboratório de Desenvolvimento e Participação da USP; Coletivo Digital; Coletivo Puraquê; Comunidade REA.br; CPC – Casa Popular de Cultura do M' Boi Mirim/SP; FACESP – Federação das Associações Comunitárias e 17 Entidades do Estado de São Paulo; FEPAC – Federação Paulista das Associações Comunitárias; FETRAF Brasil; FLACSO Brasil; FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; Instituto Bem Estar Brasil; IBIDEM – Instituto Beta para Internet e Democracia; Instituto Brasileiro de Políticas Digitais – Mutirão; IDEC – Instituto Brasileiro de

Defesa do Consumidor; Imagens Educação-SP; Instituto Educadigital; Instituto Telecom; Internet Sem Fronteiras – Brasil; Interozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social; Koinonia Presença Ecumênica e Serviço; Levante Popular da Juventude; MDM – Movimento pelo Direito a Moradia / SP; Movimento Mega; Movimento Nacional de Rádios Comunitárias/ SP; Movimento Organizado de Trabalhadores Urbanos – MOTU; Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD; MUHAB – Movimentos Unidos pela Habitação; Núcleo de Mídias Artes e Tecnologias – Paraty, RJ; OBORÉ Projetos Especiais; Observatório da Mulher; Projeto Saúde & Alegria, Santarém, Pará; PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor; Rede Mulher e Mídia; Revista ARede; SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Sindicato dos Radialistas no Estado de São Paulo; União Brasileira de Mulheres UBM; União Nacional dos Estudantes.

03/03/2016 - Insitituto Telecom

## Teles aceitam pagar a taxa da Condecine, se governo cancelar aumento

O aumento de 28% da taxa da Condecine (Contribuição ao Desenvolvimento do Cinema), aprovado pelo governo no final do ano passado, deve voltar à mesa de discussões. Ontem (1º), os ministros André Figueiredo, das Comunicações, e Juca Ferreira, da Cultura, disseram que as teles seriam procuradas para discutir o tema, que foi parar na Justiça por ação proposta pelas operadoras – elas conseguiram liminar suspendendo o pagamento da taxa, que deveria ocorrer no dia 31 deste mês. E já há reuniões marcadas para a próxima semana entre representantes das operadoras e dos Ministérios da Fazenda e da Cultura.

Como a contribuição ao financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) foi resultado de um acordo realizado por representantes das operadoras à época da aprovação, pelo Congresso, do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), que acabou com o monopólio na TV paga, as operadoras, segundo vários executivos, estão dispostas a continuar pagando a Condecine. Desde que sem o reajuste de 28%.

Segundo nota divulgada pelo SindiTelebrasil, as operadoras não são contra o setor de audiovisual, apenas não suportam mais o aumento da carga tributária, que em vários estados supera os 50%. O imposto é pago pelo

cliente, mas quanto maior o imposto, menos o cliente tem para comprar serviços de telecomunicações. “Nunca o setor chegou a uma rentabilidade tão baixa, o que compromete os investimentos”, desabafa o executivo.

### Estande coletivo

A situação é grave, insistem os porta-vozes das operadoras. E para economizar dinheiro numa conjuntura macroeconômica adversa, as operadoras, que sempre participaram da Futurecom, o principal evento do setor de telecomunicações no país, com grandes estandes, este ano vão estar presentes num estande coletivo. O estande será do SindiTelebrasil e todas vão estar lá em espaços modestos. “Não só vamos gastar menos no evento. A participação coletiva também será didática para mostrar qual é a verdadeira situação do setor”, afirma outra fonte.

Nesse cenário, para se ter um acordo, só se o governo voltar atrás no aumento, que foi proposto pelo Ministério da Cultura. E tudo indica que isso deverá ocorrer, pois a Condecine Teles responde por mais de 80% do FSA. O que elas deveriam depositar este mês, não fosse a ação na Justiça, soma R\$ 879 milhões, o que representa, segundo nota do SindiTelebrasil, quase 25% de seu lucro de 2014.



## Resumo de Notícias

03/03/2016 - Convergecom

# Executivos de grandes empresas discutem relacionamento e atendimento aos clientes

Executivos renomados de empresas como Bradesco, Telefônica Vivo, Brasilprev, Chilli Beans, Centauro, NET-Claro-Embratel, Cecred, Saint Paul Escola de Negócios, ente outros, vão compartilhar suas iniciativas e experiências no Fórum de Relacionamento e Atendimento ao Cliente, antes conhecido como Forum Call Center + CRM, que acontece no dia 29 de março, no World Trade Center, em São Paulo.

Eles vão participar de painéis e palestras de negócios, discutindo temas que estão impactando o atendimento e relacionamento com os consumidores, soluções inovadoras em tecnologia, novos modelos e estratégias comerciais das empresas.

Já estão confirmadas as presenças dos seguintes palestrantes:

- \*Luca Cavalcanti, diretor de canais digitais, Banco Bradesco,
- \*Ciro Kawamura, diretor da Telefônica Vivo,
- \*Soraia Fidalgo, gerente de gestão de clientes, Brasilprev Seguros e Previdência.
- \*Denis Horafas Jr., gerente de Trade Marketing, Chilli Beans.
- \*Luis Marcelo Ramos, gerente de Atendimento, Centauro.
- \*Willian Thiago de Oliveira, gerente de canais e experiência do cooperado, Cecred

\*Marcello Póvoa, sócio e diretor executivo, MPP Interativa,

\*Gil Giardelli, CEO, Gaia Creative e ESPM,

\*Camila Securato, sócia e diretora de Marketing e Comercial da Saint Paul Escola de Negócios.

\*Elizabeth Salmeirao, diretora de Business Development da TNS Brasil, divisão de gestão de dados da WPP.

\*Marlon Brando da Silva, gerente executivo de cobrança externa do grupo América Móvil (NET – Claro – Embratel).

\*Juarez Zortea, presidente, TransUnion Brasil

\*Jefferson Frauchets Viana, presidente, Igeoc,

\*Anderson Felix, diretor de Tecnologia, Orbium.

\*Cristiano Zakhour, diretor, Mobi2buy.

\*Thiago Fernandes, diretor executivo e designer estratégico, Apolineo.

\*Mateus Rabello, Customer Success Manager, Moski

O Fórum de Relacionamento e Atendimento ao Cliente é promovido pelos portais TI INSIDE e Teletime, com organização da Converge Comunicações. Veja a grade preliminar. Inscrições podem ser feitas também pelo telefone 0800-7715-028. Desconto promocional até esta sexta-feira, 4.



## Resumo de Notícias

03/03/2016 - Vermelho

# Deputados pedem investigação da relação de offshores com Globo e FHC



Nesta quarta-feira (2), os deputados Paulo Pimenta (PT-RS) e Wadih Damous (PT-RJ) protocolaram no Ministério Público Federal (MPF) pedido para que sejam feitas investigações sobre as conexões entre a Rede Globo, a Fifa, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e offshores do Panamá que teriam sido utilizadas para cometer crimes contra o sistema financeiro, a ordem tributária e a administração pública. O documento é subscrito por mais de 30 parlamentares.

O deputado Paulo Pimenta apresentou à imprensa um organograma demonstrando as conexões entre offshores/Globo/FHCO deputado Paulo Pimenta apresentou à imprensa um organograma demonstrando as conexões entre offshores/Globo/FHC Segundo Pimenta e Wadih, "há fortes indícios da prática de crimes como organização criminosa; lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; sonegação fiscal, além de outras ações criminosas contra a administração pública, contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem tributária".

Na representação encaminhada ao MPF, Pimenta e Wadih Damous pedem que sejam investigadas e esclarecidas "a existência de eventuais bens da família Marinho em situação ilícita de ocultação patrimonial; as atividades das offshores vinculadas ao grupo Globo; e as relações entre a Globo, suas respectivas empresas e offshores e a Fifa".

As offshores aparecem como proprietárias de uma

mansão da família Marinho, construída ilegalmente em área de proteção ambiental na ilha de Paraty (RJ) e de um helicóptero também usado pela família Marinho, dona da Rede Globo.

### Caso FHC

Os parlamentares cobram esclarecimentos também quanto ao uso de uma empresa, a Brasif, utilizada por FHC para enviar US\$ 100 mil à jornalista Mirian Dutra, com quem o ex-presidente tucano tem um filho. Mirian Dutra trabalhou para a Globo por 25 anos.

Recentemente, ela contou que foi "exilada" na Europa pela Globo na década de 1990 para não prejudicar a imagem de FHC, que seria candidato à Presidência da República. Na época, FHC era casado com Ruth Cardoso.

A Brasif teria sido proprietária da Eurotrade Ltd, com sede nas Ilhas Cayman. A Eurotrade Ltd. firmou, em 2002, contrato com a jornalista Mirian Dutra, como ela mesma afirmou à Folha de S.Paulo, e como admitido em nota pela própria Brasif.

Segundo declarou Mirian Dutra à Folha, FHC usou essa empresa para "bancá-la no exterior". A Brasif teria sido beneficiada em licitações durante o governo FHC. Também existem indícios de que a Brasif tenha operações relacionadas às mesmas offshores de origem paname-nha.

Em outra entrevista, Mirian disse que o diretor de jornalismo da Globo Alberico de Souza Cruz a "ajudou a sair do Brasil". Ela sugere que Alberico ganhou concessão de TV em Minas Gerais como retribuição a esse favor a FHC. A jornalista também contou que uma forma de retribuição do governo FHC à Globo por seu "exílio" na Europa foram os muitos financiamentos a juros baixos concedidos à emissora via BNDES. Essa relação entre Globo e BNDES também foi incluída pelos deputados petistas no pedido de investigação ao MPF.

Na semana passada, o deputado Pimenta apresentou à imprensa um organograma demonstrando as conexões entre offshores/Globo/FHC e solicitou apuração por parte do Ministério da Justiça. Um inquérito foi aberto pela Polícia Federal para investigar.



## Resumo de Notícias

02/03/2016 - Vermelho

# Por que sonegadores do escândalo HSBC não são investigados?

Desdobramento da Lava Jato, a Operação Acarajé varreu da pauta as suspeitas levantadas pela jornalista Mirian Dutra, relacionando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o grupo Brasif. Tão ágil quanto a Justiça, o PIG mostrou serviço, incensando ao longo da semana a prisão de João Santana, marqueteiro das campanhas do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff.

Presos “preventivamente” desde a última terça-feira (23), Santana e sua mulher, Márcia Moura, respondem pela acusação de terem recebido US\$ 7,5 milhões em contas no exterior, segundo os promotores, de forma ilegal. A questão da sonegação fiscal e evasão de divisas vieram à tona. Diante do furor da imprensa e da agilidade da Justiça, a questão se impõe:

Como andam as investigações sobre os 8,7 mil clientes brasileiros nomeados na lista do HSBC, no escândalo do Suíçalão? O que explica a cortina de silêncio, sete anos após o vazamento da lista por Hervé Falciani, sobre os sonegadores?

Considerado um dos maiores escândalos financeiros da atualidade, o Suíçalão se constituiu em grande esquema de evasão de divisas e lavagem de dinheiro do banco britânico. O requinte das operações incluía a criação de empresas offshore e de fundações para driblar o controle dos governos sobre movimentações financeiras ilegais.

O esquema veio à tona em 2009, quando Falciani, especialista em informática do HSBC, vazou para autoridades francesas uma lista com 130 mil clientes que mantinham contas secretas na sede suíça do HSBC. Entre elas, 8,7 mil contas secretas estavam em nome de brasileiros que movimentaram, em apenas dois anos (2006 e 2007), US\$ 7 bilhões (R\$ 20 bilhões).

Até agora, sete anos após o escândalo, só foram



divulgados os nomes de sonegadores envolvidos na Operação Lava Jato, além de três magistrados do Tribunal de Justiça de São Paulo que negaram ter contas na Suíça. Como explica Luis Nassif, no site GGN, o ICJ (Consórcio Internacional dos Jornalistas Investigativos) disponibilizou a lista para um grupo restrito de jornalistas. No Brasil, apenas Fernando Rodrigues (UOL)

tem acesso aos dados.

Instalada em 2015, com pouca cobertura da mídia e apesar da resistência dos tucanos, como demonstrava reportagem da jornalista Najla Passos, aqui na Carta Maior, a CPI do HSBC quase foi encerrada por conta das dificuldades em se obter a documentação necessária para o andamento das investigações.

No começo do ano, a agência Senado informava que a Justiça francesa havia autorizado a liberação desses dados. À época, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmava ao Último Segundo (IG): “A CPI pode revelar o maior caso de evasão fiscal da história do país. Cabe a nós trazer isso à luz, esclarecer o conjunto, como se deu. A CPI só não avança agora se não quiser. É a chance de ressurreição da CPI”, disse.

### A farra nos paraísos fiscais

Aos que ainda duvidam do tamanho da corrupção perpetrada pelas elites financeiras deste país, recomendamos a leitura do especial da Carta Maior, intitulado “Paraísos Fiscais: a sonegação dos ricos é a maior corrupção global”.

Publicado em fevereiro do ano passado, o especial traz dados que dimensionam o prejuízo: até 2010, apontava The Price of Offshore Revisited, os brasileiros mais ricos mantinham cerca de US\$ 520 bilhões em paraísos fiscais.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/277027-2>